



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

CPI - ESCUTAS TELEFÔNICAS CLANDESTINAS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0185/09	DATA: 26/03/2009
INÍCIO: 09h26min	TÉRMINO: 11h09min	DURAÇÃO: 01h43min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h43min	PÁGINAS: 43	QUARTOS: 21

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO – Terceiro-Sargento do Centro de Inteligência do Comando da Aeronáutica.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.
Deliberação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Declaro aberta a 89.^a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar escutas telefônicas clandestinas/ilegais, conforme denúncia publicada na revista *Veja*, edição 2022, nº 33, de 22 de agosto de 2007. Esta reunião foi convocada para tomar o depoimento do 3º Sargento Idalberto Matias de Araújo, do Centro de Inteligência do Comando da Aeronáutica, e para deliberação de requerimentos.

Convido o 3º Sargento Idalberto Matias de Araújo a tomar assento à mesa.

Antes de passar a palavra ao depoente, peço a atenção dos senhores presentes para os procedimentos que vamos adotar. O tempo concedido ao depoente será de 10 minutos, não podendo ser aparteado. Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria. O Relator disporá do tempo que for necessário para as suas interpelações. Cada Deputado inscrito terá o prazo de 10 minutos para fazer suas interpelações, computado nesse tempo o prazo para as respostas do depoente.

O depoente deixa de prestar o compromisso de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado, tendo em vista a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal, na Medida Cautelar em *Habeas Corpus* nº 981298, cujo Relator foi o ilustre Ministro Menezes Direito.

Antes de passar a palavra ao 3º Sargento Idalberto Matias de Araújo, gostaria de tecer algumas considerações a respeito do trabalho que estamos desenvolvendo na CPI. Era importante que o 3º Sargento Idalberto prestasse atenção, porque acho que são do interesse de todos nós.

O que estamos apurando nesses trabalhos... Além da questão das interceptações, surgiram, na esteira do problema, a utilização do aparato estatal de forma não convencional e com total desconhecimento por parte do Departamento de Polícia Federal no que diz respeito à sua administração. Então, é importante o depoimento de V.Sa. para que possamos esclarecer alguns pontos. Não obstante V.Sa. estar munido de um *habeas corpus* para nada dizer, acredito que seria importante, inclusive para o senhor e para a própria força a qual o senhor representa, a sua manifestação porque, afinal de contas, o senhor é um oficial da Força Aérea Brasileira, e a Força Aérea Brasileira presta relevantes serviços a este País; é uma instituição respeitada por todos nós.



Então, acho que é importante que o senhor, embora esteja com um *habeas corpus*, prestar esclarecimentos daquilo que lhe for perguntado, sob pena de ficar uma nuvem de não ter havido resposta e não ter sido dito pelo senhor absolutamente nada, como o que, me parece, aconteceu no Departamento de Polícia Federal. Então, para que não fiquem dúvidas e como esta audiência é uma audiência pública, talvez fosse importante o senhor levar isso em consideração durante os nossos questionamentos.

Vou passar a palavra ao senhor, inicialmente pelo prazo de 10 minutos, para que faça as considerações que achar pertinentes e devidas a esta Comissão.

Com a palavra V.Sa. Pode usar o microfone à sua esquerda, apertando esse botão.

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Bom dia Sr. Presidente, Deputado Marcelo Itagiba; bom dia Sr. Relator, Deputado Nelson Pellegrino; bom dia todos os Parlamentares presentes e todos os senhores e senhoras que estão nesta Comissão. Quero dizer a todos que estive aqui dia 24 de setembro de 2008 prestando um depoimento, e reitero tudo aquilo que eu já falei. O HC foi uma medida do meu advogado. Eu constituí o Dr. Genuíno em setembro de 2008 e ele vem cuidando da parte técnica desde esse período. Então, ele orientou e eu aceitei essa posição técnica. Estou aqui à disposição dos Parlamentares para responder as perguntas que forem direcionadas a mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Agradeço essa manifestação inicial de V.Sa. Gostaria apenas de fazer algumas perguntas ao senhor. A primeira delas é: há quanto tempo o senhor está na Força Aérea Brasileira?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Excelência, estou há 29 anos no serviço ativo na Força Aérea Brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Há quanto tempo o senhor atua na área de inteligência da Força Aérea Brasileira?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Vinte e sete anos. Tem o período de formação, que eu fiquei fora, e 27 eu estou na área de inteligência.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor serviu em algum outro órgão fora a Força Aérea? Esteve cedido, à disposição de outro órgão durante esse período em que o senhor esteve na Força Aérea?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Não, senhor. Eu estive esse período todo em Brasília. Estive no VI Comando Aéreo Regional, em seguida fui transferido para o SISA e estou lá até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor nunca atuou no Serviço Nacional de Informações, na SAE ou na Subsecretaria de Inteligência? Nunca esteve cedido a esses órgãos?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Não, senhor, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vou passar a palavra ao Relator agora para os seus questionamentos.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Bom dia a todos. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores presentes, Sr. Sargento Idalberto, estive lendo atentamente, tanto o depoimento prestado por V.Sa. ao Delegado Amaro Vieira e também ao Delegado William, da Polícia Federal. Em ambos V.Sa. respondeu que se reservaria em falar em juízo. Mas tem algumas perguntas que gostaria de lhe formular.

V.Sa., evidentemente, tem toda a liberdade... Está na condição de investigado e tem um *habeas corpus*, portanto, responderá se quiser.

O senhor conhece o Sr. Francisco Ambrósio?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Conheço, Excelência.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Conhece de onde?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Francisco Ambrósio eu conheci quando ele foi trabalhar comigo na Força Aérea.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O senhor participou de alguma operação recente com ele? De 2 anos para cá?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Não, senhor, Excelência.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não teve nenhum contato profissional com ele nos últimos 2 anos?



O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Profissional, não, senhor. O que aconteceu... Janeiro de 2008, o Delegado Protógenes Queiroz, meu amigo, me ligou e pediu que a gente se encontrasse para bater um papo e tomar um café. Nesse bate-papo, ele me perguntou se eu conhecia algum analista de inteligência aposentado. Eu disse a ele que conhecia Francisco Ambrósio. Nessa ocasião, ele me falou que precisava contratar um analista de inteligência e quis saber se Ambrósio tinha condições de aceitar esse convite. Eu falei para ele, no momento, que teria que perguntar a Ambrósio se Ambrósio queria executar algum trabalho, que estaria aposentado. Dias depois, procurei pessoalmente o Ambrósio, perguntei a ele e ele disse que interessaria conversar com o delegado. Liguei novamente para o Dr. Protógenes e ele se manifestou de se encontrar com o Ambrósio. Marcamos um encontro lá na 202 sul, num Cyber Café, e lá, nesse local, eu apresentei o Ambrósio ao Delegado Protógenes. Dali ele fez o convite a ele, não especificando, naquele momento, do que se tratava. Marcaram um encontro para que Ambrósio fosse ao 5º andar do edifício-sede, se encontrar com ele na segunda-feira, e que lá ele ia explicar que tipo de trabalho ele queria que fosse feito. Essa foi a minha participação, de indicar Francisco Ambrósio.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E após essa apresentação de Francisco Ambrósio ao Delegado Queiroz, o senhor manteve outro contato com ele, posteriormente?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Com o Delegado Protógenes, o contato sempre existiu. Não periodicamente, mas sempre existiu o contato com ele. Com Francisco Ambrósio, esse contato com ele também sempre existiu. Então, não teve uma outra intenção.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O senhor trabalhou na Operação Satiagraha?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas teve algum nível de colaboração, algum nível de informação com a Operação Satiagraha?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Não, senhor. Excelência.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Discutiu com o Delegado Queiroz ou com o Sr. Francisco Ambrósio algum aspecto da Operação Satiagraha?



O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Eu não tinha condições de discutir porque em nenhum momento o Delegado Protógenes e nem o Francisco Ambrósio comentou comigo em relação ao trabalho que eles estavam desenvolvendo na Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O senhor apresentou algum jornalista ao Francisco Ambrósio?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Apresentei.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Que jornalista?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - A jornalista Andréa Michael, da *Folha de S. Paulo*.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Como é que foi essa apresentação? Ele pediu para apresentar, ela pediu para o senhor apresentar? Como é que foi? O senhor pode discorrer como é que foi esse episódio?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Essa apresentação aconteceu numa situação bem recente. Ela tinha me dito que ouvia, tinha ouvido de um delegado da Polícia Federal que ela tinha sido monitorada. Tinha sido monitorada. E aí eu apresentei o Francisco Ambrósio, entendeu, a ela para dizer o que ele sabia dessa situação.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Só foi esse episódio. Então, apresentou o Francisco Ambrósio a ela para que ela pudesse ter informação. Mas o senhor apresentou ao Francisco Ambrósio por quê? Porque ele estava trabalhando na época com a Polícia Federal, ou porque ele tinha informações, ele tinha como pesquisar essa informação?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Isso aconteceu depois do término dessa operação.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Foi depois da Operação Satiagraha.

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Já era de domínio público essa operação.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Certo, mas o Francisco Ambrósio foi indicado por quê, para ser a pessoa que poderia dar essa informação?



O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Porque, na época, ela tinha se manifestado que citava o nome dele, né, como uma pessoa que deveria saber.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Essa informação.

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - É, ele deveria ter falado alguma coisa a respeito disso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O senhor conhece o Sargento Jairo Martins?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Conheço, sim, senhor. É meu amigo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Conheceu ele de onde?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Conheci ele na Polícia Militar do Distrito Federal.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E ele trabalhava na área de inteligência também?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Quando ele trabalhou na área de inteligência, o Sargento Jairo Martins, eu não atuei junto com ele na área de inteligência.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O senhor conhece o jornalista Policarpo Júnior?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Senhor?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Conhece o jornalista Policarpo Júnior?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Conheço.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Manteve algum contato com ele nos últimos 2 anos?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Sim.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Algum contato referente à Operação Satiagraha?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O senhor... Eu tenho aqui, Sargento Idalberto, um auto de apreensão aqui, na casa de V.Sa. Nesse auto de apreensão foram encontrados 18 CDs com a inscrição "Operação Furacão" e outro



com a inscrição “Operação Navalha”, além de farto material, CDs, CPU, notebooks. O senhor atuou nessas 2 operações?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Sr. Relator, eu gostaria de falar ao senhor que existe uma investigação na 7ª Vara Criminal Federal do Estado de São Paulo, onde originou esse mandado de busca e apreensão na minha residência. Em relação a esse assunto, eu gostaria de permanecer sem dar explicações, porque eu não sei a proteção dessas informações, não sei o conteúdo, até onde as perícias falam sobre isso. Então, permaneceria calado em relação a esse mandado de busca. Em relação ao inquérito do Delegado William, que fala sobre... Eu estou sendo investigado por esse inquérito do Delegado William, do Delegado Amaro, e um procedimento que está sendo investigado também pelo Ministério Público Federal, que está em andamento. Então eu gostaria de falar a V.Exa. que eu gostaria de não comentar sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - V.Sa. tem o direito constitucional de permanecer calado para não se autoincriminar. Os autos da 7ª Vara foram encaminhados a esta Comissão Parlamentar de Inquérito e o seu sigilo já foi aberto pela Justiça, tendo sido mantido o sigilo em relação a terceiros, mas não em relação aos membros da CPI, do conteúdo das apreensões.

Eu queria lembrar ao senhor que, a despeito dos direitos constitucionais que lhe são assegurados e garantidos, o senhor, de alguma forma, se encontra envolvido numa situação que me parece bastante desconfortável, até porque V.Sa. é um militar da ativa, e se esse material encontrado na residência de V.Sa. não tiver pertinência com a sua atividade funcional na Força Aérea, com certeza o senhor também sofrerá consequências dentro da própria Força.

Então, eu acho que agora é um momento oportuno para o senhor colocar às claras toda a situação que envolve o senhor nessa questão, até mesmo porque existe um depoimento do Delegado Protógenes, ao Ministério Público Federal no Distrito Federal, onde ele inclusive, se eu não estou enganado, faz menção de que o senhor era parte integrante dessa operação. Apenas para que o senhor saiba aonde o senhor está pisando.

Se o senhor quiser manter o seu direito de permanecer calado, obviamente ele lhe está assegurado, mas eu acho que este é o grande momento de talvez o



senhor poder colocar a claro todas as questões que envolvem essa problemática, haja vista que o senhor tem serviços relevantes prestados à Força Aérea e ao País durante esse período todo, e possivelmente agora o senhor poderá vir a ser prejudicado, não por ato seu, mas em função de ter sido envolvido em algo que talvez o senhor pensasse que estivesse agindo dentro das normas corretas e dentro da legalidade.

Era só esse comentário que eu gostaria de fazer e, obviamente passo novamente a palavra ao Relator.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Sa. intermediou algum encontro entre o Sr. Francisco Ambrósio, o Sargento Jairo Martins e algum jornalista?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO- Não, senhor, Excelência.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Sa. tem conhecimento de que é imputado ao senhor uma gravação envolvendo escuta ambiental, diálogo de jornalistas com o Sr. Francisco Ambrósio?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO- Não, senhor. Não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - V.Sa. teve conhecimento de alguma escuta que teria sido feita ilegalmente no telefone do Presidente do Supremo Tribunal Federal, num diálogo dele com o Senador Demóstenes Torres?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO- Ouvi e li na mídia, na revista *Veja* essa reportagem, mas não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas o conhecimento que V.Sa. tem desse episódio é da reportagem da referida revista?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Perfeito.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não tem conhecimento, não chegou a discutir esse assunto com o Sr. Francisco Ambrósio ou com o Sr. Jairo Martins sobre essa matéria?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Não, senhor, Excelência.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, eu, diante da situação do depoente, como já foi alegado, ele está sob a proteção de um *habeas corpus*, eu me dou por satisfeito no presente momento.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado, Sr. Relator.

Estava inscrito o Deputado Vanderlei Macris; não se encontra aqui no momento. O Deputado Fruet fará a pergunta pelo... Não? O Capitão Assumção com a palavra.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO ASSUMÇÃO - Nosso Presidente, Deputado Marcelo Itagiba; nosso Relator, Deputado Nelson Pellegrino; Sargento Idalberto Matias de Araújo, tenho algumas indagações a fazer a V.Sa. São coisas que não atentam contra a sua garantia constitucional, com certeza. E as que V.Sa. se achar prejudicado... É o que está acontecendo aqui na nossa CPI.

Qual a sua formação profissional, Sargento Idalberto?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - A minha especialidade é eletromecânica, mecânica de automóveis leves.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO ASSUMÇÃO - Essa função V.Sa. exerce no quartel?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Não, senhor, Excelência.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO ASSUMÇÃO - Qual é a sua função nas Forças Armadas? Na Aeronáutica?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Eu, até setembro de... Especificamente, não lembro o dia, mas em setembro de 2008, eu fui afastado da Divisão de Operações devido não a uma punição, mas eu fui afastado da atividade de operações e trabalho hoje, atualmente, na Divisão Administrativa do Centro de Inteligência da Aeronáutica.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO ASSUMÇÃO - E antes do afastamento?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Eu trabalhava na Divisão de Operações e exercia o trabalho de agente de inteligência.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO ASSUMÇÃO - O que faz um agente de inteligência?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Ele produz dados, relatórios pertinentes à Força Aérea, né?

O SR. DEPUTADO CAPITÃO ASSUMÇÃO - Produzir relatórios é ser analista?



O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Não, senhor. O analista, ele recebe informações tanto do relatório dos agentes como colhe dados em outros setores e produz um documento. Esse documento é uma informação que vai para o Comando.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO ASSUMÇÃO - Certo. O senhor já obteve algum conhecimento de técnica de varredura, grampos, antigrampos? Se conhece, já teve contato com esse tipo de material? E se já teve contato, com qual finalidade V.Sa. usou?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Eu não tenho nenhum curso com relação a isso, Excelência, e não tive nenhum contato com nenhum equipamento dessa natureza.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO ASSUMÇÃO - Qual foi a sua participação na Operação Satiagraha, da PF?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Nenhuma participação.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO ASSUMÇÃO - V.Sa. conhece Andréa Michaelis?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Conheço a jornalista Andréa Michael.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO ASSUMÇÃO - Michael. Qual foi o motivo que a jornalista procurou V.Sa.? O senhor lembra?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - A jornalista Andréa Michael me procurou para saber se ela tinha sido... Depois que encerrou essa Operação Satiagraha, ela me procurou querendo saber se ela tinha sido monitorada, porque a imprensa, a mídia, já tinha divulgado que eu era o autor da indicação de Francisco Ambrósio. Então, ela, sendo minha amiga, ela me procurou e me perguntou se eu poderia colocar ela em contato com Francisco Ambrósio. E isso eu fiz e ela tirou as dúvidas dela.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO ASSUMÇÃO - Mas V.Sa. sabe se ela realmente estava sendo monitorada?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Não tenho esse conhecimento, Excelência.



O SR. DEPUTADO CAPITÃO ASSUMÇÃO - O senhor é amigo de Francisco Ambrósio.

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Sim.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO ASSUMÇÃO - E qual é... Eu gostaria que V.Sa. relatasse de novo essa relação do Francisco Ambrósio e da Andréa, por favor.

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Não existe relação. Ele, Francisco Ambrósio, nem conhecia a jornalista Andréa Michael.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO ASSUMÇÃO - Foi apresentado por V.Sa.

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Foi apresentado e ali teve o contato. E eu não tenho nenhuma informação que, depois desse contato, houve um outro contato entre Ambrósio e a jornalista Andréa Michael.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO ASSUMÇÃO - O Sr. Ambrósio é seu amigo?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - É meu amigo.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO ASSUMÇÃO - Há quanto tempo?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Acredito que uns 5 anos.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO ASSUMÇÃO - É muita amizade, não é?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO ASSUMÇÃO - São grandes amigos?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Ele é meu amigo. Eu considero ele meu amigo.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO ASSUMÇÃO - Pois é, as pessoas que considero amigos, a amizade realmente é verdadeira. Eu faço essa pergunta porque quero saber se... amigos agem em confidênciia. Ele chegou a lhe confidenciar a participação dele na Operação Satiagraha.

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Não, senhor. Vou voltar àquela questão lá atrás. Quando o Delegado Protógenes me pediu uma indicação para que eu indicasse um analista de Inteligência aposentado, que eu indiquei, naquele momento, o Delegado Protógenes não falou para mim, entendeu, na 202 Sul, do que se tratava. Simplesmente ele pediu a indicação. Porque, Excelência, na Inteligência existe a compartimentação. Não havia a necessidade de eu saber algo que não era interessante a mim saber.



O SR. DEPUTADO CAPITÃO ASSUMÇÃO - E qual era a participação de V.Sa. nessa compartimentação; o que era reservado a V.Sa.?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Excelência, a questão não é compartimentação a mim. A compartimentação, ela é geral, ela é para todos os assuntos. Então, como ele me pediu, ele chegou e me pediu uma indicação, e eu indiquei; naquele momento que eu indiquei o Francisco Ambrósio acabou o meu favor. Eu fiz um favor. Então, acabou o favor. Então, a questão da contratação ou não cabe ao Delegado Protógenes contratar ou não.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO ASSUMÇÃO - Ele contratou o serviço do Sr. Ambrósio, o Delegado Protógenes?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Excelência, dias depois ele realmente me ligou, entendeu, e tomamos um café e ele falou: contratei o Ambrósio. Eu, ciente.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO ASSUMÇÃO - Não foram mencionados valores?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO ASSUMÇÃO - O seu amigo Jairo Martins de Souza, existe muita confiança na pessoa do Sr. Jairo, em relação a V.Sa.?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Excelência, por favor, não entendi a pergunta. O senhor poderia repetir?

O SR. DEPUTADO CAPITÃO ASSUMÇÃO - O Sr. Jairo Martins de Souza é amigo de V.Sa.? De uma outra forma.

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Sim.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO ASSUMÇÃO - V.Sa. tem confiança no trabalho do Sr. Jairo? Porque eu tenho um monte de amigos e tenho muitas coisas que não confidencio com eles. A maior parte dos meus amigos são verdadeiros amigos, não é verdade? Não sei qual é seu grau de relacionamento, se tem muitos amigos ou poucos amigos. Mas nos meus amigos eu tenho confiança.

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - O Jairo Martins, ele é meu amigo. Mas, a questão que quero dizer para o senhor é que não existe essa compartimentação de... Amigo é amigo. Então, não estou entendendo onde... Gostaria que o senhor fosse mais, por gentileza...



O SR. DEPUTADO CAPITÃO ASSUMÇÃO - Vou fazer uma pergunta direta. Ele lhe confidenciou algo a respeito da Operação Satiagraha?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO ASSUMÇÃO - V.Sa. tem lembrança de uma sindicância aberta na Aeronáutica pelo fato de seu nome e do Sr. Rodopiano estarem envolvidos no caso Daniel Dantas?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Eu respondi a uma sindicância na Força Aérea Brasileira no mês de setembro, logo que o meu nome foi divulgado pelos jornais. Então, foi aberta uma sindicância e eu respondi a esta sindicância.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO ASSUMÇÃO - Qual foi o parecer?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - A sindicância foi aberta para apurar a minha exposição na mídia.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO ASSUMÇÃO - Esse foi o mote?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO ASSUMÇÃO - Sargento Idalberto, V.Sa., em algum momento, quando procurado pelo Delegado Protógenes, solicitando a indicação, chegou a questionar da finalidade, sabendo que obviamente os indicados não iriam efetuar uma operação comum ou usual, no caso o indicado, pois trabalhava com serviço de inteligência envolvendo escuta telefônica?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Excelência, o Delegado Protógenes, quando ele me pediu esse favor, ele, em nenhum momento frisou nem falou do assunto que ele estava trabalhando e nem para que ele precisava desses analistas.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO ASSUMÇÃO - Tenho uma última indagação a V.Sa. V.Sa. entende que a afirmação de Francisco Ambrósio de que está arrependido de ter colaborado na investigação de pessoas influentes e milionárias, de certa forma, não frustraria as esperanças na expectativa dos operadores de segurança que trabalham em operações que envolvem crime de colarinho branco e crime organizado para o fim da corrupção nas altas instituições brasileiras? Qual a sua opinião sobre isso?



O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Eu conversei com Francisco Ambrósio, e a última conversa com ele, ele nunca falou comigo que estava arrependido e nem que estava triste em relação a todo esse episódio.

O SR. DEPUTADO CAPITÃO ASSUMÇÃO - Presidente, estou me dando por satisfeito. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Próximo inscrito será o Deputado Raul Jungmann. Um minutinho só, por favor.

Antes de passar a palavra ao Deputado Raul Jungmann, queria aproveitar a oportunidade para colocar algo que me parece oportuno que o depoente saiba.

O senhor sabia que o Delegado Protógenes Queiroz prestou um depoimento de livre e espontânea vontade ao Ministério Público Federal, no Distrito Federal, onde ele menciona o nome do senhor?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Nesse depoimento, ele afirma que contou com a colaboração da “Inteligência Militar”, entre parênteses; textual, Aeronáutica; que da Aeronáutica cooperaram com o depoente a pessoa de Idalberto, militar da ativa, que era responsável por acompanhar deslocamento de aeronave, e Rodopiano, militar reformado, que se incumbia de levantar e localização das aeronaves; que, além de tais pessoas, houve também Ambrósio, apresentado ao depoente pelo Major Branco e Idalberto, como integrante aposentado do SISBIN, como pessoa que poderia cooperar com o trabalho policial, que ele fazia consulta de cadastro de pessoas físicas e jurídicas, além de cruzar informações do HD da Operação Chacal com os documentos obtidos nos Estados Unidos, relativos à Kroll e à Brasil Telecom; que Idalberto não foi remunerado pelo depoente, porque já recebia soldo como militar da ativa; que Rodopiano recebeu 1.400 reais por mês, durante 2 meses; que Ambrósio trabalhou, desde março de 2008 até julho de mesmo ano, mediante remuneração de 1.500 reais; que estes valores eram pagos com suprimentos de fundo na rubrica de colaborador eventual, verba normalmente utilizada por delegados em operações.

O que o senhor tem a me dizer sobre esse depoimento prestado pelo Delegado Protógenes ao Ministério Público Federal, de forma espontânea, no dia 12, do mês de setembro, do ano de 2008. E é por isso que eu peço a atenção do



senhor, para que o senhor restabeleça a verdade dos fatos, porque esta declaração aqui eu acho que é institucionalmente muito grave, porque aqui ele coloca a Aeronáutica, através do senhor, numa posição de ter trabalhado na Operação Satiagraha.

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Excelência, Sr. Presidente, quero dizer ao senhor que eu não pratiquei nenhum tipo de ação na Operação Satiagraha, não colaborei com a Operação, não fiz nenhum tipo de levantamento de aeronaves para a Operação Satiagraha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Essa questão do Major mencionado, do senhor, ela não existiu?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - A questão do Major Branco eu falei no depoimento passado, mas vou voltar a falar. O Major Branco, ele fez um curso de inteligência na Escola Superior de Guerra, eu não lembro o ano, com, como companheiro de sala de aula, o Delegado Protógenes Queiroz. E ali criou-se uma amizade. O curso durou 7 meses. E como o Major Branco também foi chefe de Francisco Ambrósio e convededor do potencial de Francisco Ambrósio, então, o Major Branco também estava presente no bate-papo que aconteceu na 202 Sul, no Cyber Café, no dia da apresentação de Ambrósio ao Delegado Portógenes Queiroz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Esse é o mesmo dia onde se encontrava o Farofa?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Esse... esse dia também aconteceu que o Farofa estava na rua e ele fez uma ligação para mim, perguntando onde eu estava. Eu falei que estava na 202 Sul, no Cyber Café. E ele passou lá, entendeu, e conheceu o Delegado Protógenes Queiroz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, o senhor veja bem. Eu não tenho bola da cristal nem os membros desta Comissão. Quem está elencando a sua atividade e a sua participação é o Delegado Protógenes. E eu vou repetir para o senhor, para que o senhor preste bastante atenção no que ele diz: que também contou com a colaboração da Inteligência Militar. Não é de um agente; é da Inteligência Militar. Entre parênteses, (Aeronáutica). Da Aeronáutica cooperaram com o depoente a pessoa de Idalberto, militar da ativa, que era responsável por acompanhar deslocamentos de aeronaves; que além de tais pessoas, houve



também Ambrósio, apresentado ao depoente pelo Major Branco e Idalberto como integrante aposentado do SISBIN, como pessoa que poderia cooperar com o trabalho policial; que ele fazia consultas no cadastro de pessoas físicas e jurídicas, além de cruzar informações do HD da Operação Chacal com os documentos obtidos nos Estados Unidos relativos à Kroll e à Brasil Telecom; que Ambrósio jamais lidou com interceptações, até porque todos os monitoramentos telefônicos da Polícia Federal foram feitos pelo Guardião nas dependências da Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo; que para as interceptações telemáticas foi utilizado um outro equipamento francês, cuja coordenação era atribuída ao PCF Fábio Pfeiffer; que Idalberto não foi remunerado pelo depoente, porque já recebia soldo como militar da ativa. Rodopiano recebeu 1.400 e Ambrósio, que trabalhou desde março de 2008, remuneração de 1.500 reais; que esses valores eram pagos como suprimentos de fontes.

Então, quem diz que a Aeronáutica participou da operação, formalmente, através do senhor, não sou eu e não é a Comissão; quem está dizendo isso é o Delegado Protógenes Queiroz. E acho que o senhor tem uma responsabilidade para com a Força à qual o senhor pertence de estabelecer a verdade, porque, se isso é verdadeiro, a acusação é muito grave e recai sobre a Força Aérea Brasileira. Então, o senhor estava ali como oficial, como militar da Força Aérea Brasileira, atuando formalmente pela Força Aérea Brasileira, ou o senhor estava ali numa ação entre amigos, em razão de sua condição de amigo pessoal do Delegado Protógenes?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Sr. Presidente, a Força Aérea Brasileira e Idalberto Matias de Araújo não trabalharam na Operação Satiagraha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, o senhor está dizendo que essa declaração do Delegado Protógenes é mentirosa. É isso?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Eu estou dizendo para o senhor que eu e a Força Aérea não trabalhamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, ao contrário do que ele disse, de que trabalhou, o senhor está dizendo que não trabalhou. Tá. Está bem colocado.

Com a palavra o Deputado Raul Jungmann.



O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Obrigado, Sr. Presidente. Quero dizer que farei um requerimento de acareação. Acho que, no caso, dada a gravidade da questão, o que envolve inclusive participação não-institucional da Aeronáutica, e dado que há uma contradição, Presidente, flagrante entre o depoimento dado à Procuradoria do Distrito Federal e o Depoente, eu aproveito para desejar um bom dia, que seja bem vindo a esta Comissão, como faço com todos. Eu acho que isso, evidentemente, vai desaguar numa acareação. Não tem muita saída. Não é isso, Idalberto? Porque há uma contradição insanável, não tem meio termo, não tem meio tom no que diz respeito a isso, a essa questão.

Inicialmente, eu queria voltar a uma questão que o senhor já respondeu ao ilustre Relator, o nobre baiano, Nelson Pellegrino: nós tivemos a informação que numa busca e apreensão na sua casa foram encontrados áudios, vídeos, enfim, material de operações sigilosas da Polícia Federal. Então, a primeira coisa que causa espécie a mim e a toda esta CPI é: o que é que faz um sargento da Aeronáutica, com 29 anos de serviço, 23 anos na área de inteligência, com material da Polícia Federal de operações sigilosas, uma Operação Navalha; o que faz isso na casa do senhor? O senhor participou da Operação Navalha, participou de alguma operação da Polícia Federal, como estas que foram localizadas na sua casa?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Bom dia, Excelência. Eu vou voltar frisar o que eu já falei para o nobre Relator: a 7^a Vara Criminal da Justiça Federal de São Paulo, ela determinou esse mandato de busca e apreensão na minha residência e eu não tenho conhecimento de perícias que foram feitas. E eu não tenho condições de falar sobre esse assunto. Eu gostaria de, em outra oportunidade, falar sobre esse assunto, mas, no momento, eu permaneço calado sobre... Peço desculpa a V.Exa., mas eu gostaria de permanecer calado em relação a essa pergunta de V.Exa.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Eu queria pedir um esclarecimento ao Relator e ao Presidente: num rol de busca e apreensão, se encontra essa apreensão na casa e nomina inclusive isso? Bom, o senhor pode se reservar o direito de não falar, evidentemente. Isso é constitucionalmente garantido. Apenas informo que nos autos do inquérito está lá arrolada uma apreensão na sua casa de material, esse de referência, e inclusive já periciado e inclusive já nominado, que



está lá dentro. Então, salvo uma fraude na perícia — “salvo”, que eu não acredito... algum outro tipo, enfim, de falseamento, que diabo seja, que também não acredito que tenha acontecido, Sr. Idalberto —, é uma surpresa para esta CPI que o senhor, com 29 anos de Aeronáutica, pertencente a uma Força, militar, está certo, o senhor tenha na sua casa informações sigilosas — e estou me baseando no auto de um inquérito — constantes na sua casa de material nesse sentido. Acho que a CPI é uma boa oportunidade para procurar esclarecer isso. Se o senhor não quer, efetivamente, fazer uso dela, é um direito seu. Mas saiba que esta CPI tomará as providências a esse respeito. Quanto a isso, o senhor não tenha a menor sombra de dúvida.

O senhor tem algo a dizer a mais sobre isso ou não?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Não, senhor, Excelência.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Muito bem. Eu volto... Muito obrigado. O Saulo me entrega, inclusive está aqui, o laudo da Polícia Federal. É a 2ª Vara Criminal, exatamente atestando isso — está aqui descrito, arrolado —, que se encontrava nas suas mãos.

Eu volto um pouco também à questão levantada pelo ilustre Presidente, Marcelo Itagiba. Veja bem, o Delegado Protógenes é muito claro quando, lá, diz — e note bem, é um depoimento de livre e espontânea vontade. Ou seja, o Delegado Protógenes, Capitão, não foi induzido, não foi convocado a prestar depoimento. É ele quem vai lá. E afirma isso: o envolvimento da Inteligência da Aeronáutica, através da sua figura, Sargento; em segundo lugar, com relação aos demais, ele é muito claro ao dizer que tinha um pagamento, que foi feito um pagamento — portanto, é uma terceirização do serviço —, mas que, no seu caso, não havia o que pagar. O que evidentemente recoloca a institucionalidade no plano anterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Jungmann...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Inclusive seria oportuno, na sua linha de raciocínio, perguntar ao depoente se ele deu conhecimento aos seus superiores de toda essa apresentação que ele teria feito, de todo esse diálogo que ele manteve com o Delegado Protógenes.



O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Era onde eu justamente procurava chegar.

Pois, não. Com o senhor a palavra: se o senhor informou aos seus superiores a sua participação neste processo; e a quem, especificamente.

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - O Delegado Protógenes é um amigo. E quando ele me pediu esse favor, é um favor que não envolve a instituição Força Aérea. Eu sou amigo do Ambrósio, e ele me pediu um Analista de Inteligência aposentado. Não havia nenhum motivo para eu comunicar à minha chefia que eu estaria fazendo um favor, prestando um favor a um amigo.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Portanto, não houve qualquer comunicação do senhor com relação a isso? O senhor conhece o RDAER, o Regime Disciplinar da Aeronáutica, não conhece? O Regimento Disciplinar da Aeronáutica?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - E o senhor sabe as penas ali acometidas por quem comete determinado tipo de ilicitude e irregularidades no exercício de uma função, na ativa da Força? O senhor conhece, acredito. Conhece, senhor?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Sim, senhor, Excelência.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Muito bem.

Não há outra questão a perguntar, senão 2 mais. A primeira delas é a seguinte: há uma frase que aqui vaivém na CPI — os senhores aqui já ouviram várias vezes —, que é essa frase: “*Chico, tô no sal se ela me descobre. Tô no sal*”. É o senhor o autor dessa frase, ao Ambrósio, com referência, acho, que ela, descobre, no caso a repórter Andrea Michael? Foi o senhor quem fez... quem falou isso para o Ambrósio, o Chico, Francisco Ambrósio? Foi o senhor quem falou isso para ele? Ele nos deu um depoimento, aqui, a esse respeito. É o senhor o autor dessa frase?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Não, senhor, Excelência.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Quer dizer, o senhor não falou isso para ele, em momento algum?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Em momento algum eu fiz esse comentário.



O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Nem tem conhecimento dessa frase.

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Conhecimento dessa frase, eu cheguei a... Na quinta-feira da semana passada, eu estive aqui, na CPI, na Comissão e, lendo alguns depoimentos, até para eu entender o que estava acontecendo, eu vi essa frase. Mas ela não foi dita por mim.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - No depoimento, ontem, o Sargento Jairo fez menção explícita várias vezes a uma reunião da cúpula da ABIN, que buscava atribuir ao senhor e ao Jairo o vazamento das informações que resultaram na matéria da Revista *Veja*. Então, ele ontem foi explícito — e peço o testemunho dos demais aqui presentes — ao dizer que numa reunião, inclusive, ele nominou as pessoas que estavam presentes nessa reunião. O Sargento Jairo nominou essas pessoas. E que nessa reunião... O propósito dessa reunião, como também o de uma reunião prévia, preliminar, entre membros da ABIN e o Ambrósio, era exatamente buscar atribuir ao senhor e ao Jairo esse vazamento à revista, que resultou naquela reportagem sobre o grampeamento do Senador Demóstenes Torres e do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes. O senhor teve conhecimento disso, dessa reunião da ABIN, chegou ao seu conhecimento?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Excelência, o Jairo Martins comentou comigo que ele até hoje mantém amizades e contatos dentro da ABIN, com alguns diretores, e ele comentou comigo realmente sobre essas 2 reuniões. Mas, além dele, de Jairo Martins, não chegou até mim outra informação sobre o assunto. Somente o Jairo Martins comentou comigo que ele teve conhecimento dessas reuniões.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Uma última questão. O senhor sabe da participação do Jairo na CPI dos Correios, inclusive tendo cedido ou emprestado material, a famosa maleta, para gravar aquela cena nos correios. O senhor, juntamente com ele, foi quem montou essa maleta cedida ao empresário para gravar a cena? Foi o senhor quem montou com ele essa maleta que fez, que captou aquelas imagens e o áudio daquela propina que foi repassada nos correios e que gerou o início de todo o escândalo do mensalão?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Não senhor, Excelência.



O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Quer dizer, o senhor não tem nenhuma relação com essa questão específica, daquela gravação? Não participou junto com o Jairo de nada?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Não participei de nada daquela gravação. Eu vim a saber, depois que a Revista Veja fez a publicação. Meses depois, vim a saber que foi ele, o Jairo Martins o autor, de ter trabalhado neste caso.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Sr. Presidente, dou por encerrado... Muito obrigado ao...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado, Deputado Jungmann.

Mais alguém quer... O Deputado Macris estava inscrito. S.Exa. deseja formular alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Só gostaria de saber se o depoente conhece, Sr. Idalberto — boa tarde; bom dia —, o Sr. Jorge Félix, Ministro Jorge Félix. O senhor conhece?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO – Não senhor, Excelência.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Nunca teve contato com ele?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Houve uma declaração do Sr. Protógenes, feita a um dos operadores desse processo, comandado pelo Delegado Protógenes, o próprio Delegado dizendo essa era uma operação que o Presidente da República tinha interesse. O senhor tem conhecimento disso.

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Não senhor, Excelência; ele nunca fez esse comentário comigo.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Nunca fez esse comentário de que havia interesse do Presidente da República nessa operação?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Não senhor, Excelência.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Que comentário o Delegado Protógenes fez com o senhor em relação à Operação Satiagraha, de maneira generalizada? Quais eram os objetivos dessa operação para o Delegado?



O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - O Delegado Protógenes nunca, desde o início, nunca me falou, quando eu indiquei o Francisco Ambrósio, ele nunca falou comigo do que se tratava, do assunto.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Quer dizer que o senhor desconhece totalmente quais eram os objetivos da operação quando conversou com ele. Ele não chegou a lhe informar como fez para outros agentes que ele chamou para trabalhar na operação?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - O Delegado Protógenes nunca me chamou para executar nenhum trabalho nessa operação.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O senhor é amigo do Sr. Jairo, amigo de família, de se encontrar com famílias, etc.?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Sim, senhor, Excelência.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O senhor conhece a atividade do Sr. Jairo, do Sargento Jairo?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Sim, senhor, Excelência.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O senhor conhece a atividade do Sr. Jairo, do Sargento Jairo?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Jairo Martins tem pretensões políticas. Então, ele já se candidatou, no Mato Grosso, ao cargo de Deputado Federal. Ele se candidatou na última eleição, aqui, no Município de Valparaíso, entorno de Brasília, a Vice-Prefeito. Então, a atividade que conheço dele é essa, a atividade política.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Ele diz que é muito amigo seu. O senhor tem a mesma concepção da amizade dele?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Não entendi a pergunta.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Ele diz que é muito amigo seu. De parte do senhor, também? O senhor confirma que é muito amigo do Sr. Jairo.

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Perfeitamente, nós somos muito amigos. Somos amigos.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Está bom!

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Frequento a casa dele.



O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O senhor sabe que ele teve um contrato com uma empresa de segurança que ele tinha como sua propriedade, que não estava em seu nome, porque ele é Policial Militar — ele reconheceu, aqui, ontem —, como empresa de segurança contratada para dar segurança, num contrato, em que ele se utilizou dos seus conhecimentos para garantir segurança em rede de telefonia? O senhor tem conhecimento de que ele atuava nessa área, que tinha uma empresa, etc.?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Que ele utilizou os meus conhecimentos?

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Não! Quero saber se o senhor tem conhecimento de que ele tinha uma empresa de segurança.

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Tive conhecimento, sim, que ele tinha uma empresa de segurança.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O senhor sabe se ele fez contrato com outras empresas? O senhor tem notícias, pela amizade que o senhor tem com ele?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O senhor sabe se ele praticava escutas telefônicas ou tinha tecnicamente conhecimento de maletas ou, então, de gravações de vídeo? O senhor conhece isso do Sr. Jairo?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Não, senhor. Eu nunca vi, ele nunca comentou comigo e nunca ninguém comentou comigo que Jairo Martins, amigo meu, fizesse escuta ilegal ou legal. Em nenhum momento houve esse comentário, nem da parte de Jairo Martins nem da parte de amigos em comum.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O senhor sabia que ele também é da área de inteligência?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Quando eu conheci o Jairo Martins, ele já tinha sido desligado, já tinha retornado aos quadros da Polícia Militar do Distrito Federal. Então, ele não pertencia mais aos quadros da ABIN. Mas eu tive conhecimento, através dele e de outros amigos, de que ele realmente trabalhou na ABIN.



O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Os senhores se conheceram nessa área de inteligência?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Nós nos conhecemos na área policial. Ele trabalha na...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Mas já atuando na área de inteligência?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Não! Eu conheci ele... Eu trabalhando na área de inteligência e ele trabalhando no policiamento ostensivo pela Polícia Militar.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Não foi na área de inteligência que os senhores se aproximaram?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Quem é que foi o interlocutor dessa relação dos senhores? Como é que os senhores se conheceram? Se não foi na área de inteligência, como foi, um encontro casual, alguém os apresentou? Como foi essa...?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Esse encontro foi um colega, um amigo também que serviu à Força Aérea Brasileira. Esse amigo, hoje, pertence aos quadros da Polícia Militar. Era amigo de turma de Jairo Martins, que me apresentou ele.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Então, não foi na área de inteligência?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Está bom! Ele disse aqui, ontem, que não se preocupou em ter nenhum tipo de orientação jurídica. Mesmo como depoente, aqui, ontem, principalmente não se abrigar na condição de um mandado de segurança para evitar falar nesta CPI. Por que o senhor se utilizou dessa prerrogativa? O senhor tem preocupação em alguma questão que pudesse lhe trazer prejuízo ou algum medo? Não sei. Só queria saber sua concepção sobre isso, uma vez que seu colega, ontem, não se utilizou dessa possibilidade? Por quê?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Excelência, eu, em setembro, início, quando surgiu meu nome na mídia, constituí o Dr. Genuíno como meu



advogado. E ele, analisando todo o quadro, achou necessário recorrer a esse HC no Supremo. Então, não é questão de medo, não é questão de esconder; a questão é que existe uma investigação, tanto na 7ª Vara Criminal, no Estado de São Paulo, na 10ª Vara Federal, em Brasília, no Ministério Público e na CPI; e o assunto se diverge no mesmo assunto. Então, a questão é se falar em determinado momento e no momento certo.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Se falar, por quê? Há condições de falar alguma coisa que o senhor não queira deixar à CPI e fará num outro momento, na investigação da Polícia Federal ou do Judiciário?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - A investigação, ela está ainda em fase ainda não terminada. Então, eu acho que vai chegar o momento em que as coisas vão esclarecer de uma maneira mais clara, mais correta, mais firme, de um ponto que nós podemos falar em uma outra ocasião, em um outro juízo. Então, eu prefiro permanecer, em determinadas questões, calado e esperar o juízo final.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O.k. Muito obrigado, Sr. Idalberto. Sr. Presidente, eu lamento, porque parece que ninguém se conhece, ninguém viu nada, resistência à CPI...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Quase todos são amigos.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Todos são amigos. É, exatamente.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Quase todos são jornalistas.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - É. É interessante isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado, Deputado Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu queria perguntar uma coisa: a que o senhor atribui... O senhor conhece, como o senhor mesmo diz, o jornalista Policarpo, não é isso?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Sim, senhor, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor conhece o depoente que aqui esteve ontem, não é isso?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Sim, senhor.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor conhece também o Idalberto, não é verdade?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O Idalberto não, o Ambrósio, desculpe, o Ambrósio?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Francisco Ambrósio do Nascimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Idalberto, Ambrósio e o Jairo. Idalberto, Ambrósio e Jairo. A que o senhor atribui ter sido jogado na conta dos senhores a possível interceptação de conversa telefônica do Ministro Gilmar Mendes? O seu amigo de ontem deu uma versão de que essa história teria nascido dentro da alta cúpula da ABIN. Essa teria sido a informação que chegou até ele, segundo o depoimento por ele prestado ontem, aqui, a esta Comissão. O senhor, como um homem de inteligência, tentou fazer uma prospecção, tentou apurar de onde poderia ter saído isso, haja vista, inclusive, a sua própria relação com o jornalista de *Veja*, já que essa matéria foi trazida na própria *Veja*?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Excelência, houve um episódio, que é de se estranhar. Paulo Maurício Fortunato, que foi Chefe da Contrainteligência da ABIN, e o Delegado aposentado da Polícia Federal, Renato Porciúncula...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Aposentado não, da ativa.

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Da ativa? Então, desculpa. Estiveram na casa de Ambrósio 1 dia antes da publicação da revista *IstoÉ*. A publicação circulou no Estado de São Paulo no sábado de manhã. Eles estiveram, se não me engano, na sexta-feira à noite, procurando Ambrósio, dizendo para o Ambrósio que eu, pela amizade que eu tenho com o jornalista da revista *IstoÉ*, Mino Pedrosa, eu teria tirado a minha foto da revista e colocado a foto de Ambrósio. E Ambrósio estaria saindo na capa da revista, e que Ambrósio deveria procurar a Polícia Federal e prestar um depoimento, falando da verdade, que ele estava saindo na capa da revista. Então, isso aí foi dito por Ambrósio a mim. Então, isso é uma inverdade, é uma afirmação incorreta, e eu não sei o motivo de essas 2 autoridades terem procurado o Ambrósio antes da circulação da revista *IstoÉ*, quando Ambrósio



saiu na capa da revista, que todos nós conhecemos, o Brasil inteiro leu a revista. Essa é a minha colocação, eu deixo esse ponto no ar, para que as pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deixa eu ver se eu entendi bem, antes de o senhor concluir, deixa eu ver se eu entendi bem: o que o senhor está dizendo é que o Ambrósio foi procurado pelo Chefe da Contra-Inteligência da ABIN, à época, e mais pelo Delegado de Polícia Federal lotado na ABIN e levado para lá pelo Dr. Paulo Lacerda, para dizer ao Ambrósio que o senhor tinha feito uma negociação com a *IstoÉ*, para tirar a sua fotografia da matéria e colocar a dele na matéria como autor daquele grampo, é isso? É isso que o senhor disse, é isso que eu entendi bem?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - É isso. Isso o Ambrósio já prestou depoimento, falou, inclusive, aqui nesta CPI e falou em outros depoimentos sobre isso. E eu achei estranha essa colocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor estaria talvez querendo dizer à CPI mais ou menos aquilo que talvez o Ambrósio tenha querido dizer no seu depoimento, de que os senhores estão sendo colocados nessa questão como um bode expiatório, é isso?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Eu não quero fazer essa colocação; eu só quero deixar esse fato registrado e a CPI aprofundar nisso, saber exatamente o que ocorreu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu acho que nós vamos ter que convocar aqui o Dr. Renato Porciúncula, para prestar o depoimento; e o outro era o Chefe da Contra-Inteligência à época, não é isso?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - É. Paulo Maurício.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Que era o Chefe da Contra-Inteligência, quando foi procurar o...

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E é uma coisa interessante, porque, se eu não me engano, essa operação desenvolvida pela ABIN na Satiagraha era uma operação da Contra-Inteligência. Então, eu acho que esse posicionamento, que já foi colocado aqui ontem, está sendo colocado hoje, acho que



chama a atenção, salta aos olhos desta CPI de que essa questão precisa ser aprofundada.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Presidente, ele disse que essas 2 autoridades o procuraram dizendo que ele seria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Procuraram, não ele, procuraram o Ambrósio.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O Ambrósio, mas dizendo que ele seria a capa da revista...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Dizendo que ele teria negociado — o senhor me corrija se eu estiver errado —, que ele teria negociado com a *IstoÉ*, com o jornalista Mino Pedrosa...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - De quem ele é conhecido; a retirada dele na matéria e a colocação do Ambrósio, é isso?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - O Ambrósio, quando falou comigo, ele não usou a palavra negociação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Sei.

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Ele usou a palavra que eu retirei. Pela minha amizade com o Mino Pedrosa, eu cheguei a retirar a minha foto e colocar a do Ambrósio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, eu vou aproveitar para lhe perguntar: isso é verdade ou não?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Negativo, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Negativo o quê? Não é verdade?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Isso que foi dito por essas 2 autoridades que o senhor mencionou ao Ambrósio não é verdade?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Se essas 2 autoridades falaram isso, entendeu, não é verdade, isso é mentira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor está colocando que o senhor também não acredita no que o Ambrósio lhe disse, é isso?



O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - A questão não é acreditar ou não acreditar; ele falou isso. Então... E já prestou depoimento falando desse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não, é que o senhor botou uma ressalva. Então, eu fico aqui, na dúvida. Se eles disseram... O Ambrósio disse ao senhor que eles disseram isso?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - O Ambrósio disse a mim com essas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Mais alguma pergunta? Bom, eu acho que os esclarecimentos que o senhor podia prestar ou que desejou prestar já foram prestados. Cabe a mim, mais uma vez, alertar o senhor que este é o melhor momento para o restabelecimento da verdade dos fatos, até para que não haja comprometimentos... por não haver comprometimento da Força à qual o senhor pertença, embora o Delegado Protógenes tenha... fez um depoimento nesse sentido. Se o senhor não tiver mais nada para falar... O senhor deseja falar mais alguma coisa?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Gostaria de reafirmar, Sr. Presidente, que a Força Aérea Brasileira, o Centro de Inteligência da Força Aérea Brasileira, onde eu trabalho, eu sirvo, não participou da Operação Satiagraha. O delegado Protógenes Queiroz, em momento algum, me pediu para produzir nenhum relatório, nenhum documento, nem de inteligência, nem informal, nem formal, sobre a Operação Satiagraha. A minha participação de amigo, de indicar Francisco Ambrósio do Nascimento, foi só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Já que o senhor declara isso, que acho que é importante para esta CPI, eu lhe pergunto o seguinte: o senhor acha, agora, depois dos acontecimentos que foram trazidos à luz, que o senhor agiu corretamente perante a Aeronáutica ao fazer isso?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Agi correto porque, no meu entender, o contato de amigos, quando se pede um favor, ele não passa pela chefia. Então, um bate-papo que aconteceu, ele me pediu um favor. Eu, pela amizade... E, quando ele pediu, ele frisou bem que precisava de um analista aposentado — Ambrósio não tem nenhum vínculo com a Força Aérea — e um profissional competente, e eu indiquei.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu lhe pergunto, já que o senhor está declarando isso, o seguinte: o senhor não teria, por dever de ofício, por obrigação, por lealdade à Força Aérea, à qual o senhor pertence, de fazer uma pequena informação a sua chefia imediata, dizendo que houve uma solicitação formal ao senhor de um amigo delegado da Polícia Federal para indicação de uma terceira pessoa para trabalhar como analista em um outro órgão? O senhor não acha que por dever de lealdade com a Força, sendo o senhor um homem de inteligência, o senhor não deveria ter feito essa informação ao seu superior imediato?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Naquele momento, Excelência, eu não avaliei dessa forma, confesso ao senhor. Eu avaliei de colaborar com o pedido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Raul Jungmann, quer fazer alguma consideração?

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Presidente, apenas uma questão conexa a essas que o senhor vinha colocando. O senhor tem relação de amizade também... O senhor fala muito em amigos, amigos. Aliás, impressionava toda esta CPI como nós temos um conjunto de amigos que, por amizade, por afeto, por proximidade e sei lá o que, colaboraram mutuamente entre si em negócios de Estado, em negócios públicos. Mas, enfim, isso é uma outra questão. O senhor tem relações de amizade com o delegado Protógenes? Sim ou não?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Sim.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - O senhor tem algum problema de inimizade, teve, estremeceu as relações com ele depois dessa Operação Satiagraha, ficaram distantes, brigaram, tiveram algum tipo de problema?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Não, senhor, Excelência.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Então o senhor... É a última questão, garanto. Não tenho mais nenhuma a fazer. E eu peço a atenção dos demais companheiros aqui. São amigos, se relacionam, prestou favor, ajudou. E o Sr. Protógenes, de livre e espontânea vontade, Presidente, vai à Procuradoria no Distrito Federal, presta voluntariamente um depoimento, onde diz que o senhor participou, que o senhor produziu dados e informações, que o senhor efetivamente



participou da Satiagraha, que não pagou o senhor porque o senhor recebia soldo. Estão entendendo a situação? São amigos, como acabou de dizer, a melhor relação do mundo, e o senhor nega isso tudo de ponta a ponta! É o tipo de situação que, no mínimo, exige uma tentativa de explicação cabível. Como é que com um amigo que, nas relações de amizade, lhe imputou uma mentira — e por isso o senhor vai ser acareado aqui —, que o traiu também, dentro da linguagem de compadrio, de amizade, o senhor não tem nenhuma diferença? Era só essa a questão que eu gostaria que o senhor abordasse. O que justifica isso? Ele não foi convocado lá. Ele não foi chamado para ir lá. De livre e espontânea... Se o senhor quiser, lhe apresentamos o texto publicado, original, o que o senhor quiser. Não tem problema. E diz isso tudo a seu respeito, tudo isso. Por quê? A que o senhor atribui isso?

O SR. IDALBERTO MATIAS DE ARAÚJO - Excelência, eu não sei. Ele, o delegado Protógenes, vai ter que dizer por que ele fez essa declaração.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado, Deputado Jungmann.

Queria agradecer a presença ao terceiro-sargento Idalberto, a presteza com que compareceu, o depoimento que prestou. Respeitando o direito constitucional que lhe é assegurado, esteve aqui presente o seu advogado, Genuíno Lopes Moreira Jr., que o acompanhou durante este questionamento.

Está V.Sa. dispensado. Obrigado pela sua presença nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Vamos passar agora à segunda fase dos nossos trabalhos, que é a deliberação de requerimentos. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Sr. Presidente, um esclarecimento, uma questão que conversávamos com os colegas: se, de ofício, Sr. Presidente, nós podemos solicitar — e, acredito, com o apoio dos demais colegas aqui — uma acareação, na próxima quarta-feira, entre o Sr. Protógenes e o Sr. Idalberto; se isso seria possível de ser aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Nós vamos ter que apresentar um requerimento nesse sentido, e esse requerimento ser votado. Mas



nós vamos ter um problema agora com a questão da deliberação, porque nós estamos na Ordem do Dia.

Vou suspender os trabalhos até o término da Ordem do Dia e retomaremos tão logo ela termine para votação dos requerimentos.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Qual a estimativa de encerramento da Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não há estimativa, mas dentro do prazo de hoje poderemos suspender e retomar tão logo termine a Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, só uma informação. Como não estive aqui logo após a prorrogação dos trabalhos, queria saber se foram delimitados requerimentos, porque surgiram novos fatos de grampos, como no Rio Grande do Sul, agora no Espírito Santo, e eu queria saber para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O que temos feito é, na verdade, dialogar com o Relator, tendo em vista o roteiro que ele apresentou, e esse diálogo poderá ser feito com o Relator para a necessidade de inclusão de um ou outro requerimento, para que não fujamos muito do escopo. O Relator é que dará a linha-mestra do que pretende apurar para poder reforçar o seu relatório. Fica suspensa...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Acabou a Ordem do Dia. Vamos voltar, Deputado Jungmann. Vamos retomar os trabalhos, porque terminou a Ordem do Dia. Foi mais próximo do que esperávamos. *(Pausa prolongada.)*

Vamos retomar os trabalhos que haviam sido interrompidos. Terminou a Ordem do Dia. Vamos passar à votação dos requerimentos.

Todos os requerimentos foram pautados de acordo com aquilo que foi estabelecido com o Relator, razão pela qual vamos colocar em votação o Item nº 1, Requerimento nº 282, de 2009, do Deputado Laerte Bessa, que “requer à Comissão que requisite a informação do Juízo da 12ª Vara Federal do Distrito Federal acerca do Processo 2007.34.00.005909-7, que tramita naquela vara”.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.



Aqueles que aprovam o Item nº 1, Requerimento nº 282/09, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Item nº 2 da pauta.

Requerimento nº 283/2009, do Sr. Laerte Bessa, que requer à Comissão que requisite informações da Polícia Civil do Distrito Federal acerca da existência de sindicância, processo administrativo ou inquérito policial que vise à apuração de conduta da Delegada de Polícia Eneida Orbage de Britto Taquary, pertinente à escuta ambiental noticiada a esta Comissão.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Item nº 3 da pauta.

Requerimento nº 285/2009, do Sr. Hugo Leal, que “solicita informação à Procuradora da República Lisiane Braecker quanto ao procedimento adotado no Processo Investigatório nº 1.34.006599/2008-11”.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Item nº 4 da pauta.

Requerimento nº 277/2009, do Sr. Raul Jungmann, que “requer a convocação do Sr. Daniel Dantas para prestar depoimento perante esta CPI”.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Itens nºs. 5 e 6 da pauta.



Requerimentos nº 278/2009 e 279/2009, o primeiro do Sr. Raul Jungmann e o segundo do Sr. Pompeo de Mattos, que requerem a convocação do Sr. Fausto De Sanctis, juiz da 6ª Vara Criminal de São Paulo, para prestar depoimentos a esta CPI.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram.
(*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Foram os requerimentos dos Itens nºs. 5 e 6.

Item nº 7 da pauta.

Requerimento nº 280/2009, do Sr. Pompeo de Mattos, que requer a convocação do Dr. Roberto Antonio Dassié Diana, Procurador da República, para prestar esclarecimento acerca dos procedimentos investigatórios relacionados à Operação Satiagraha e outros realizados para apurar eventuais ilícitos administrativos e criminais.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram.
(*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Item nº 8 da pauta.

Requerimento nº 281/2009, do Sr. Pompeo de Mattos, que requer a convocação do Dr. Fábio Elizeu Gaspar, Procurador da República, para prestar esclarecimentos acerca dos procedimentos investigatórios relacionados com a Operação Satiagraha e outros realizados para apurar eventuais ilícitos administrativos e criminais.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram.
(*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Item nº 9 da pauta.



Requerimento nº 284/2009, do Sr. Hugo Leal, que solicita o convite desses procuradores que já foram convocados, segundo requerimento apresentado pelo Deputado Pompeo de Mattos, razão pela qual o considero prejudicado, no que diz respeito ao Sr. Fábio Elizeu Gaspar e no que diz respeito a Roberto Antonio Dassie Diana. Vou colocar então em votação o convite feito pelo Deputado Hugo Leal no, Requerimento nº 284/2009, à Procuradora Lisiâne Braecker, para prestar esclarecimentos acerca dos procedimentos adotados no âmbito da Operação Satiagraha, da Polícia Federal.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram.
(*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Item nº 10 da pauta.

Requerimento nº 286/2009, do Sr. Arnaldo Faria de Sá, que “requer seja convocado para audiência pública o Sr. Walter Guerra Silva, escrivão do Departamento de Polícia Federal”.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram.
(*Pausa.*)

Está aprovado o Item 10 da pauta.

Estão encerrados os requerimentos.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Com a palavra o Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, acho muito importante que tenhamos votado todos esses requerimentos. Há uma série de depoimentos importantes a serem feitos. Mas eu tenho a impressão, Sr. Presidente, de que nós também devamos centralizar as nossas atividades num nível diferenciado, e não ficar no segundo e terceiro escalão dos depoimentos e tal.



Existe uma série de requerimentos já aprovados nesta Comissão que, juntados a esses agora, formarão um grupo grande de propostas. Evidentemente o Presidente e o Relator deverão decidir quais nomes serão fruto de convocação nesse período de tempo bastante diminuto que nós temos.

Nós da Oposição gostaríamos de opinar um pouco sobre isso também, não só sobre esses requerimentos aprovados, mas também sobre os demais anteriormente aprovados que não foram objeto de convocação e de algumas autoridades que nós entendemos importante serem convocadas também.

É o apelo que faço a V.Exa., no sentido de que possamos definir um cronograma de nomes, não só desses, mas também de outros já aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Esse cronograma que nós estamos executando foi aprovado em conjunto por todos nós, com o Relator. Então, eu acho que o trabalho junto ao Relator de convencimento da necessidade fará com que coloquemos em pauta todos aqueles que nós achamos importante serem ouvidos.

Eu gostaria de comunicar aos membros da Comissão que nós já contamos hoje com a colaboração de um servidor que possibilitará melhor acesso e melhor conhecimento do material confidencial que nos foi encaminhado, e essa pessoa já se encontra na Secretaria. Eu pediria àqueles Deputados interessados em fazer esse trabalho... A pessoa já está à disposição na Secretaria da CPI.

Com a palavra o Deputado Domingos Dutra e depois o Deputado Gustavo Fruet.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, na mesma linha de preocupação do Deputado Vanderlei Macris, eu acho que depois que houve a Operação Satiagraha praticamente a CPI se limitou ou se dirigiu muito a partir dela. E as figuras que polarizam essas investigações são o Sr. Daniel Dantas, o delegado Protógenes e o delegado Paulo Lacerda.

Para que não pareça que a CPI está se dirigindo muito para cima do Protógenes e do delegado Paulo Lacerda e para que também o Sr. Daniel Dantas não venha aqui, como na primeira vez, em que cada um de nós, com nossas atribuições, acabamos não tendo as informações necessárias para fazer um bom interrogatório, a sugestão que eu faço a V.Exa. e a todos é que poderíamos,



enquanto Comissão, buscar todas as informações que envolvam a Operação, inclusive o Sr. Daniel Dantas, porque senão ele vem aqui, dá um show, como no primeiro, traz uma banca de advogados. Não temos informações suficientes. São informações técnicas, de mercado financeiro, que boa parte dos Deputados não domina. E, com a escassez de informações, pelo que eu li na diligência da CPI, em São Paulo, em que o juiz não conseguiu franquear as informações que a CPI solicitou, eu acho que seria de bom grado que o conjunto da CPI tivesse o maior número de informações possível, para não parecer que vem o delegado Protógenes, pega uma pressão muito grande, e, quando vem o Dantas, não conseguimos aprofundar, passando a ideia de que nós estamos dirigidos para pegar o Protógenes, o Lacerda e abrandar com relação ao Daniel Dantas.

Pela seriedade da CPI, pela contribuição que ela dará ao País, independentemente do esforço de cada um, eu trago essa preocupação a V.Exa. de que o conjunto desta Comissão faça esse esforço para ter o maior número de informações para fazer um bom interrogatório, tanto do Protógenes e dos demais que vierem, mas também do Daniel Dantas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Obrigado, Deputado Domingos Dutra.

Apenas para esclarecer V.Exa. a respeito dessa questão, eu acho que nosso foco é correto, porque no fundo, no fundo, nós estamos demonstrando os excessos cometidos por agentes do Estado, na busca de provas, de forma no mínimo indevida. Isso faz parte do escopo dos trabalhos que estamos realizando.

No que diz respeito ao Sr. Daniel Dantas, eu acho que nós já temos condições — e esta é minha proposta, que peço que V.Exa. leia — de indiciamento dele pela prática de interceptação telefônica.

Agora, fazem-se necessários — e eu não entendo por que se furta em encaminhar a esta CPI os dados que ainda consubstanciarão mais e melhor esse indiciamento por mim proposto — os dados da operação que envolve a Kroll e o Sr. Daniel Dantas. Isso, infelizmente, o Juiz Fausto De Sanctis não foi capaz de entender o apelo da CPI de liberar esses dados, que são específicos e relacionados efetivamente com a nossa apuração.



Sobre a questão do interrogatório, eu já tenho a minha convicção pessoal formada, em função dos depoimentos que foram colhidos. Quero deixar uma coisa bem clara, para que não parem dúvidas — eu não sou daqueles que passa a mão na cabeça de quem quer seja: pau que dá em Chico, dá em Francisco —: todos aqueles que, porventura, tenham praticado um fato incorreto, indevido, ilegal, relacionado com o objeto da nossa apuração, serão por mim culpabilizados. Não digo pela Comissão como um todo, porque pode ser apenas um entendimento pessoal meu. Mas no que diz respeito a essas figuras, eu já tenho comprovado, a não ser que eles venham aqui e desdigam e realmente falem a verdade, que o Dr. Paulo Lacerda mentiu perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito; que o Sr. Protógenes Queiroz — e é isso que cabe a esta Comissão fazer — mentiu perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito; o Sr. Milton Campana, Vice-Diretor da ABIN, mentiu perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, para que não parem dúvidas sobre se nós estamos aqui num processo de perseguição, num processo de criminalização de quem está investigando a corrupção, tudo isso é jogada política e não pertence ao campo desta CPI. Infelizmente, essas autoridades públicas que tinham o dever de falar a verdade perante esta CPI não o fizeram até agora. Terão a oportunidade de novamente vir aqui e poder dizer a verdade, porque quem diz não sou eu. Eu vou até ler para V.Exa.

Me empresta, por favor, aquele depoimento que estava aqui na mesa.

Eu acho que é importante que V.Exa. saiba, porque, em função dos seus outros afazeres, tão importantes, o senhor talvez não tenha podido ter acesso a esta questão.

No dia 12 do mês de setembro de 2008, de livre e espontânea vontade, o delegado Protógenes Queiroz comparece ao Ministério Público Federal, no Distrito Federal, e dá a seguinte declaração: que é delegado da Polícia Federal desde 5 de março de 99; que era o responsável pela notória Operação Satiagraha; que tal operação era uma missão determinada pela Presidência da República ao DPF Paulo Lacerda, tendo em vista informações repassadas pela ABIN.

Não vou continuar para não ser exaustivo, mas aqui está demonstrado que não foi isso que ele disse perante a esta CPI. Não foi isso que o Dr. Paulo Lacerda disse perante esta CPI. Portanto, eu acho que o trabalho que nós estamos fazendo



aqui, todos os senhores, é um trabalho de efetivamente demonstrar essas incoerências, essas incongruências, que podem levar, sim, à ação incorreta, indevida e até ilegal desses agentes públicos a beneficiar quem não deveria ser beneficiado.

Eu acho que não se deve aqui, como alguns pretendem fazer — não na Comissão, mas fora desta Comissão —, atribuir a esta Comissão um desvio de foco ou uma ação que, em vez de investigar quem tem que ser investigado, está investigando quem investigou. Na verdade, nós não estamos fazendo isso, não. O que nós estamos fazendo aqui é demonstrar que o Estado não pode justificar, com os fins, os meios incorretos e indevidos. E é o nosso papel, sim, da Câmara dos Deputados e desta Comissão, colocar as coisas no devido lugar. E eu acho que é isso que nós estamos fazendo.

Mas, de qualquer maneira, eu acho que é muito oportuna a colocação de V.Exa. Agradeço essa sua contribuição. Juntos, com certeza, faremos mais e melhor.

E espero que o juiz De Sanctis possibilite a esta CPI, de fato, realizar o trabalho, no que diz respeito principalmente ao Sr. Daniel Dantas. Porque me parece muito estranho que S.Exa. não libere os dados relativos a um indiciamento que já foi praticado contra diretores da Kroll e contra, ao que parece, o Sr. Daniel Dantas, justamente pela prática de interceptação indevida. Por que o Sr. De Sanctis não libera esses dados para esta Comissão? Está resguardando alguém de alguma coisa? Fica um questionamento.

Deputado Raul Jungmann com a palavra.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Presidente, inicialmente, um pedido de informações. Numa reunião pretérita, eu solicitei a V.Exa. que diligenciasse junto à Polícia Federal a respeito do resultado da quebra da criptografia, ou dos códigos de acesso, dos HDs apreendidos na casa do Sr. Daniel Dantas e que foram enviados aos Estados Unidos. O senhor teria alguma informação a nos dar, algum limite, algum prazo, se chegou, se não chegou? Como é que anda isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Não temos nenhuma informação sobre isso. E, no que diz respeito aos dados que se encontram nesta CPI, estamos agora com um técnico trabalhando neste sentido. Hoje estarei na



comemoração dos 65 anos do meu Departamento de Polícia Federal, casa que íntegro com muita honra, casa a que eu respeito, e lá terei a oportunidade de fazer esse questionamento ao diretor do Departamento de Polícia Federal.

Quero aproveitar aqui para dizer exatamente isto: do meu orgulho de ser delegado de Polícia Federal e de hoje podermos estar celebrando 65 anos de uma polícia que vem combatendo o crime, que vem combatendo a corrupção, que vem prestando relevantes serviços à sociedade e à população brasileira.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - A segunda questão é a seguinte: nós temos aí 5 mídias que foram apreendidas na residência, no domicílio do delegado Protógenes Queiroz. E essas 5 mídias têm uma infinidade, como sabe o senhor, de dados e informações — áudios, vídeos etc. Por mais de uma vez eu tenho reiterado ao Sr. Relator a necessidade de sistematizar esse material. Agora mesmo eu conversava com um Deputado dos mais aplicados da Comissão, o Deputado Gustavo Fruet, e falava com o Deputado Vanderlei Macris que nós permanecemos, Presidente, com o mesmo problema: não há tempo hábil para nenhum de nós, individualmente, escanear, digamos assim, analisar todo esse material. Então, nós vamos chegar a momentos decisivos, como o de quarta-feira, dia 1º, e outros mais, sem ter podido acessar, porque não há quem disponha de tempo. Uns pegaram uma ponta, outros pegaram outra. Talvez o senhor tenha tido mais tempo, não sei. Mas, enfim, nós continuamos com esse problema. Então eu queria encarecer ao senhor para que “gestionasse” uma vez mais, porque sei que o senhor pensa nessa mesma direção, junto ao Relator, dizendo o seguinte: não é possível que nós entremos na fase absolutamente decisiva desta CPI sem conseguir olhar, analisar, sistematizar essa enorme massa de dados e informações que nós temos aqui dentro, em detrimento da nossa...

Ainda há pouco dizia o Dominguinhos, que estava falando aqui, que, quando chega o momento da inquirição, você fica menor, você fica em déficit. Por quê? Porque hoje, Dominguinhos, nós temos uma infinidade de dados e informações aqui dentro, sobretudo apreendidos na casa do Dr. Protógenes, referentes, inclusive, às atividades criminosas de outros etc., mas nós não tivemos até agora do Relator a anuênciam para que consultores — não digo assessores nossos, mas consultores da Casa, quadros da Casa, membros da Casa, escolhidos por ele — possam



sistematizar. A gente fala lá com o Saulo, vai lá e diz: “Olha, não é possível. Só se a gente passar 15 dias trancados aqui dentro analisando isso”. Isso significa que a gente não disporá de toda, digamos assim, a nossa capacidade para fazer a inquirição render como a gente espera aqui. Os dados, inclusive, estão aqui. Uma parte deles pelo menos está aqui, já que 10 mídias — me corrija, Sr. Presidente — ainda não foram enviadas, e não sei se virão algum dia a ser enviadas pelo juiz Ali Mazloum. Mas, de qualquer sorte, eu encareço ao Presidente, mais uma vez — e espero ter o apoio de nossos pares —, para que a gente possa sistematizar e analisar esse material de uma maneira racional, porque individualmente, na base do achismo, saindo...

São novecentos e tantos registros só de áudios e vídeos e outros mais. Isso não tem condições. É uma espécie de loteria, praticamente, para se poder trabalhar. E quero dizer, só para encerrar, que já trabalhei em outras CPIs. Está aqui outro, inclusive, que foi Presidente. Você foi Relator, não é? E todos nós trabalhamos com material sigiloso, todos nós trabalhamos com material enviado sob segredo de justiça. Todos. Citaria vários, Presidente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - V.Exa. me permite um aparte, Deputado?

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Pois não. Por favor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu acho que a preocupação de V.Exa. poderia ter sido suprida se tivéssemos adotado a prática da CPI do Sistema Carcerário, em que nós dividimos em várias sub-relatorias para facilitar o trabalho. Ou seja, nós não temos um resumo. Todos nós sabemos aqui do volume de atividades que nós temos: Comissões Permanentes, Especiais e outras atividades. Talvez não só sistematizar os fatos, mas também fazer um resumo da parte jurídica, porque, afinal de contas, entre os possíveis indiciados já tem denunciado, já tem sentenciado. Seria importante fazer uma análise jurídica, para que, quando se chegar à votação do relatório, a gente não fique aqui só se debatendo sobre posições políticas de cada Deputado, mas tenha uma base técnica para poder fundamentar um possível indiciamento.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Domingos, só para concluir e não alongar, o nosso problema é que agora não tem mais como resolver essa questão.



Não dá para fazer sub-relatorias faltando 40 dias, 30 dias para esta CPI acabar. O nosso problema é outro: nós temos um material riquíssimo, riquíssimo, aqui dentro. Aqui nenhum Deputado — nenhum Deputado —, hoje, pode dizer que se assenhорou, viu, sistematizou — nenhum. Não sei, talvez o Presidente possa ele ter tido condições de analisar um pouco mais, mas acredito, inclusive, que não. E ninguém pode sistematizar esse material. Então, o que quer dizer? Que nós vamos desperdiçar informações fundamentais num inquirimento futuro do delegado Protógenes e de outros mais. Pronto. Ou seja, você tem aqui um material disponível e você não pode dele retirar, exaurir tudo o que ele pode dar. Então, essa é a questão para que eu peço a intervenção, uma vez mais, do Sr. Presidente, buscando, junto ao Relator, a possibilidade... Inclusive, dizia o Fruet que nós estamos à disposição, Presidente, para fazer um grupo-tarefa e passar o fim de semana aqui, sábado e domingo, trabalhando, inclusive trabalhando em conjunto com o senhor. Se não for assim, infelizmente, não vai ser possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Deputado Jungmann, talvez V.Exa. não tenha entendido o que eu havia dito antes. Tendo em vista essa sua preocupação, já externada em outros momentos, eu tomei duas providências: numa delas eu solicitei à Vara Federal de São Paulo que encaminhasse para cá alguém com a capacidade de abrir os arquivos que nos foram encaminhados; e também solicitei ao Diretor-Geral da Polícia Federal que encaminhasse um perito que tenha trabalhado na elaboração dos laudos e na confecção do material que foi encaminhado à Justiça. Então, a primeira providência já foi adotada, e já se encontra aqui na CPI um técnico trabalhando *full time* com os Srs. Parlamentares para fazer exatamente isso que o senhor deseja. Aliás, os Deputados Fruet e Macris já se dirigiram para lá e já estão fazendo esse trabalho. Então, já se encontra também à disposição dos demais membros da CPI para que possam realizar isso. Nós temos um consultor da própria CPI, que poderá — ele teve acesso a tudo — também participar desse trabalho, como vem participando, desde o momento do início desta CPI — os consultores desta CPI. Então, todas as providências que o senhor requer, com muita pertinência e com muita razão, já foram adotadas.



Eu acho que o que nos cabe agora fazer é encerrar esta sessão, subir e começar a trabalhar hoje, amanhã, sábado, domingo, segunda, terça, até o depoimento.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGMANN - Só esclareço, Presidente, antes do encerramento, que não era do nosso conhecimento isso, ainda. Por isso a pertinência dessas nossas observações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Sem dúvida nenhuma. E foi em função das suas falas que nós adotamos essas medidas.

Nada mais a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária, a realizar-se dia 1º de abril, às 14h30min, no Plenário 11 do Anexo II, para tomada do depoimento do Delegado de Polícia Federal Protógenes Pinheiro de Queiroz.

Está encerrada a presente reunião.